

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012

GT-1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

**DOCUMENTOS “SENSIVEIS”, ARQUIVOS “SENSIVEIS”: NEM TESOUROS, NEM
MIRAGENS.**

Comunicação Oral

Icléia Thiesen – UNIRIO

icleiathiesen@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo principal discutir algumas características de documentos “sensíveis” produzidos no decorrer das atividades desenvolvidas por instituições do Estado brasileiro, durante a Ditadura de 1964-1985. No âmbito de um estudo teórico-metodológico, analisaremos as relações conceituais de um conjunto de documentos selecionados com o campo de estudos da Ciência da Informação, através de um quadro teórico preliminar. Situados nos limites fronteiriços da informação, da memória e da história, os documentos “sensíveis” e os arquivos que os guardam, conservam e custodiam, por definição são também caracterizados pelas tensões que provocam entre a memória vivida e a memória histórica. Matéria-prima dos pesquisadores, sua apropriação nem sempre se faz sem conflitos e disputas, pois exprimem fatos ou acontecimentos que ainda não estão inscritos na memória coletiva. Seriam tais arquivos depositários de nossa identidade? Para responder a essa questão é preciso compreender sua natureza e, ao acessá-los, empreender cuidados teórico-metodológicos que nos auxiliem a escapar de suas armadilhas. A depender do olhar lançado sobre esses documentos produzidos pelo Estado, eles podem ser vistos como tesouros, mas subsequentemente, mediante o cotejo da análise de seu conteúdo com depoimentos de ex-prisioneiros políticos, advogados que os defenderam no passado ou arquivistas experimentados nesse tipo de fonte, podem se revelar verdadeiras miragens. Isto porque, ao invés de expressarem a realidade dos acontecimentos que lhes deram origem, uma vez que são documentos autênticos, podem refletir mentiras, meias verdades ou distorções. Resultados preliminares colhidos na literatura do campo informacional, da memória social e da história parecem confirmar os dilemas, paradoxos e impasses no manejo dessas fontes, suscitando desafios e cuidados metodológicos na tentativa de suplantar problemas afetos a uma sociedade que ainda não se curou de seus males.

Palavras-chave: documentos sensíveis; arquivo; teoria da informação.

“SENSITIVE” DOCUMENTS, “SENSITIVE” ARCHIVES: NEITHER TREASURES, NOR MIRACLES

Abstract

The main objective of this paper is to discuss some features of the “sensitive” documents issued by the Brazilian state institutions during the 1964-1985 dictatorship. Under a theoretical and methodological framework, we will analyze the conceptual relationships between a set of selected documents and the field of interest of Information Science, through a preliminary theoretical scope. Set on the limits of information, memory and history, the “sensitive” documents and the archives / files which store, retain, and guard them are, by definition, also marked by the tensions they cause between lived and historical memory. They serve as raw material for researchers and this use generally implies conflict and disputes, as they express facts or events not yet enrolled by the collective memory. Are these files custodians of our identity? In order to answer this question we must understand their nature; their accessing requires theoretical and methodological handling to avoid the traps they represent. The exam of the cited documents may reveal them as treasures; but they can be also considered true mirages after being compared to testimonials of former political prisoners, their attorneys and archivists experienced in this type of source. This happens because, although authentic, instead of expressing the true events which originated them, they may reflect lies, half-truths and distortions. Preliminary results taken from literature of the informational field, from social memory and from history seem to confirm the dilemmas, paradoxes and impasses in the management of these sources, imposing challenges and methodologies to attempt to overcome society’s not yet remedied problems.

Key-words: sensitive documents; archives; information theory.

DOCUMENTOS “SENSÍVEIS”, ARQUIVOS “SENSÍVEIS”: NEM TESOUROS, NEM MIRAGENS.

Icléia Thiesen

Professora Associada da UNIRIO

1 Introdução

My aim is instead to investigate the productive possibilities of the tension between the document's materiality and its representational function, a tension resolved too easily by the naïve view of document as mere conduits. Put another way, my aim is to explore some complexities of the document's relation to the real.

Bernd Frohmann, 2011.

Os arquivos públicos ou privados têm sido cada vez mais alçados à condição de testemunhos de acontecimentos históricos em nossa contemporaneidade, na medida em que guardam documentos produzidos ou recebidos durante as atividades dos organismos produtores ou doadores. Contudo, para além dos termos dessa definição oficial e consagrada, importa refletir sobre a mobilização dos arquivos para a evidência de verdades históricas. Objeto de disputas entre diferentes grupos envolvidos com o passado recente de diferentes países, os arquivos tornam-se objeto de tensão nas lutas entre a memória e a história. Quanto mais estejam protegidos por leis que normalizam e restringem o acesso aos documentos sob sua custódia, mais despertam a curiosidade e o desejo dos grupos que neles depositam esperanças de uma possível reescrita da História onde se vejam contemplados em seus direitos e interesses. (THIESEN: 2012)

Neste trabalho discutiremos a natureza dos arquivos “sensíveis”, vale dizer, os que se formaram a partir de documentos produzidos no período da Ditadura militar, no Brasil, entre 1964 e 1985, cujo conteúdo informacional conteria segredos de Estado e/ou expressariam polêmicas e contradições envolvendo personagens da vida pública ou de seus descendentes. Arquivos produzidos em regimes repressivos ou totalitários, nos quais os direitos humanos e as liberdades são violados, como as ditaduras do cone sul, as guerras étnicas, as da descolonização, sem esquecer os conflitos civis da atualidade são, por essa razão, denominados “sensíveis”¹.

¹ Esta comunicação é fruto do projeto *Entre informar, reter e conhecer: um estudo teórico-metodológico sobre documentos “sensíveis” em instituições arquivísticas*, apoiada pelo CNPq.

A pesquisa em andamento tem por objetivo caracterizar e analisar “documentos sensíveis” produzidos por instituições do Estado durante o regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. É de nosso interesse, ainda, analisar o circuito informacional dos processos de produção, circulação e apropriação da informação por setores da sociedade, assim como as instituições que integraram o regime e produziram informações sobre ele. Conhecer esse circuito significa compreender o funcionamento das instituições que formaram a base de sustentação do regime e, por via de consequência, elucidar a caracterização dos documentos nas respectivas atividades.

Os procedimentos teórico-metodológicos constituem a crítica às fontes selecionadas e sua confrontação com o referencial teórico da Ciência da Informação, disciplina que tem as questões documentais como sua marca de batismo. A oportunidade da presente pesquisa poderá constituir uma contribuição para a análise dos aspectos teóricos e metodológicos que definem o estatuto desses documentos desde a sua gênese, examinando-se não apenas as suas características orgânico-funcionais e exógenas, mas detendo-se na “análise qualitativa em que se insere a interpretação/explicação e a formulação de hipóteses/teorias” RIBEIRO apud RODRIGUES: 2009, p.5), no sentido de entender sua natureza e produzir conhecimento sobre o conceito de documento em questão.

Ao definir o objeto da Diplomática, Bellotto explica que ele constitui “a unidade arquivística elementar, porém analisando-a enquanto espécie documental”. (2008, p.51) Mais adiante, a autora complementa a definição, assinalando que “o objeto da diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar sua autenticidade e fidedignidade...”. (BELLOTTO: 2008, p.52) Já a tipologia documental se dedica a estudar o documento “como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade”.

A prática de documentar ações de repressão que sustentaram o regime ditatorial, no Brasil, gerou imensa massa documental produzida pela comunidade de informações integrante do SISNI (Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações), um gigantesco aparelho de vigilância constituído por 16 (dezesseis) instituições², encabeçadas

² SNI; DSIs; ASIs; segundas seções do EMFA (Estado Maior das Forças Armadas), denominadas F2; do Exército, E2; da Marinha, M2; da Aeronáutica, A2; dos 3 ministérios militares, S2; CIE, CISA; Serviços Secretos da Polícia Federal; as DOPS e os Serviços Secretos das Polícias Militares, P2; os CODI-DOIs. In:

pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), mais tarde conhecido por Ministério do Silêncio³ e que teve a sua frente - do início ao apogeu da Ditadura - o então coronel Golbery do Couto e Silva, conhecido pela alcunha de “bruxo”. A tipologia documental presente nos arquivos das instituições de repressão pode ser verificada no Anexo I.

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas foi criado em 13 de maio de 2009 pela Casa Civil da Presidência da República. Sediado no Arquivo Nacional, tem “a finalidade de reunir informações sobre os fatos da história política recente do País”. Para o cumprimento de seus objetivos, o projeto vem formando uma Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas, com a participação de inúmeras entidades públicas e privadas, incluindo arquivos, museus, centros de documentação etc. (www.arquivonacional.gov.br/). São 57 (cinquenta e sete) instituições que atualmente integram uma ampla rede de cooperação. Estima-se que hoje totalizem cerca de 24 milhões de páginas textuais sobre o período da Ditadura, sem computar os documentos iconográficos e audiovisuais. Conforme estimativas do Arquivo Nacional, aqui estariam apenas 20% dos documentos já recolhidos⁴.

Além dos documentos recolhidos aos arquivos, é fácil supor que existam muitos outros guardados em residências do oficialato militar ou de seus descendentes, comprovando não apenas a prática de registrar as ações de combate à resistência ao regime, mas a existência de uma política dos quartéis onde funcionários disputavam prestígio e poder, bem como outros ganhos (promoções, prêmios e honrarias) em ações de inteligência. Documentar tais ações era inerente a essas políticas. Sabe-se que durante esse período a “informação” adquire o *status* de uma arma, conforme assinala Maud Chirio, a partir de entrevistas realizadas com oficiais das forças armadas. (CHIRIO: 2012, p.176) A autora afirma que “pertencer à “área da informação” constitui então uma promoção pessoal e social” (p.177) dotada de grande prestígio na corporação.

Portal do Acervo da Luta Contra a Ditadura, cuja Comissão “foi criada por ocasião das comemorações dos 20 anos da Anistia no Brasil através do Decreto n. 39.680, de 24 de agosto de 1999. Com o compromisso de recuperar a memória da luta pela democracia durante o período do regime militar e suas consequências para o Rio Grande do Sul, a Comissão está vinculada à Secretaria da Cultura através do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul”. A relação de órgãos acima listada e disponível nesse Portal é um fragmento de FAJARDO (1993). Disponível em: www.acervoditadura.gov.br. Acesso em 08.10.2010.

³ “Resultante de mais de 120 horas de entrevistas” com agentes e ex-agentes secretos, além de 26 quilos de documentos confidenciais, o *Ministério do silêncio* foi escrito pelo jornalista Lucas Figueiredo e aborda a história do serviço secreto no Brasil, desde o seu surgimento em 1927, até 2005. Ver FIGUEIREDO (2005).

⁴ Dados colhidos em balanço do Arquivo Nacional apresentado na reunião da Comissão de Altos Estudos *Memórias Reveladas*, realizada em 4 de julho de 2012 da qual participamos como membro.

A hipertrofia do sistema se reflete claramente na superabundância de documentos e constitui uma das características de regimes de exceção, cujas práticas passam por um trabalho minucioso de “documentação” das ações das polícias políticas, com o propósito evidente de (1) criar provas contra seus inimigos e, simultaneamente, (2) autodefender-se de futuras acusações. No âmbito da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, importada dos Estados Unidos e ensinada na Escola Superior de Guerra (ESG), esses órgãos praticavam espionagens, contrainformações, escutas e gravações telefônicas, infiltrações na vida cotidiana inclusive nas universidades, delações, violações de correspondências, etc. As atividades de segurança e informações geraram documentos que subsidiavam o próprio sistema para a tomada de decisões. (THIESEN; PIMENTA, 2011)

A intencionalidade na produção documental segue a regra geral, mas acrescenta um caráter que difere dos demais documentos produzidos na administração pública – vale dizer o ato intencional, consciente e deliberado de fraudar as práticas funcionais do Estado, com dolo ou má-fé, sob a proteção do anonimato e do sigilo. São conhecidos os inúmeros episódios de “suicídios”, “fugas”, “atropelamentos”, “trocas de tiros” e outras causas de mortes alegadas ocorridas em decorrência, a bem da verdade, de torturas intensivas que se seguiam a prisões irregulares, ou seja, sequestros. O objetivo mais imediato era a extração de informações com o propósito de localizar outros militantes em seus aparelhos e efetuar novas prisões/sequestros.

O interesse em explorar a natureza de tais documentos nasceu de pesquisa anterior sobre a informação na pré-história da Ciência da Informação⁵, quando encontramos os traços de uma inteligência informacional nas bases desse campo do conhecimento. A informação de caráter jurídico-identificatório, com valor de inteligência já havia plantado suas primeiras raízes desde o século XIX na Corte do Império brasileiro. A existência de atividades secretas e de inteligência no Brasil é atestada pela História de forma esparsa e discreta. Alguns fragmentos, no entanto, permitem comprovar o exercício de certas atividades conduzidas nessa direção. Através de sua “polícia secreta”, Eusébio de Queiroz montou uma *rede de informações* na Corte⁶, utilizando o sistema de recompensas, conforme apontado por Thomas

⁵ THIESEN, Icléia. *A informação na pré-história da Ciência da Informação: pré-conceito, natureza, episteme*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009-2012. Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq.

⁶ É fundamental compreender a origem das ideias e a formação do pensamento oitocentista. Eusébio de Queiroz fora o mais temível Chefe de Polícia no Império (1832-1844) e, posteriormente, Ministro da Justiça (1848). Personagem conhecido na história por ter promulgado, em 1850, a lei que proibiu o tráfico atlântico de escravos, chamada Lei Eusébio de Queiroz, este acumulou diferentes funções de governo no século XIX, entre elas a de juiz de direito. Sabe-se que, após ter deixado o cargo, Eusébio deixou também como herança uma

Holloway (1997: p.161). O conhecimento dessa experiência levou-nos a identificar atividades de controle da sociedade refletidas em documentos produzidos na Ditadura de 1964-1985. Sua natureza especial justifica uma atenção voltada para a sua caracterização.

Resultados preliminares deste estudo chamam a atenção para uma questão central: o que poderia ser considerado um *tesouro* a ser recuperado no plano das lutas sociais pelo acesso aos arquivos pode se tornar *miragem* quando examinado mais detidamente. Isto porque, embora se trate de documentos autênticos, sua existência não garante a veracidade das informações que eles contêm. Trazem a marca da suspeita por terem sido produzidos em episódios marcados pela violência de situações-limite, como sequestros, torturas e outras violações dos direitos humanos. Dentro dessa problematização construiremos um quadro teórico-metodológico preliminar que nos permita mais adiante compreender e analisar o fenômeno informacional em seus aspectos históricos e epistemológicos.

2 Informação, memória e história: tecendo caminhos teóricos e metodológicos

A discussão que norteia esta pesquisa passa pelas relações conceituais entre acesso à informação, os documentos sensíveis e os arquivos e instituições da repressão, integrantes desse campo problemático com o qual buscaremos construir um quadro de análise. Buscaremos entender como a literatura da Arquivologia, da Ciência da Informação e da História caracterizam esses conceitos analisados em suas relações. É importante ressaltar o papel da UNESCO historicamente desempenhado em prol de uma “cultura dos direitos humanos”:

“no plano intelectual, pelo diálogo e a educação; na prática, através de instrumentos de normalização e de criação de padrões. Com efeito, a tarefa da UNESCO é de convencer seus Estados membros da necessidade de adotar uma norma comum que reside nos valores partilhados por todos e que são indiscutíveis”. (PLATHE: 1998, p.128).

Em busca da promoção de uma verdade objetiva e da troca de ideias e conhecimentos, a UNESCO vem demonstrando interesse pelos arquivos dos antigos regimes repressivos. Para sua gestão adequada enquanto parte constitutiva do patrimônio documental universal, os arquivos da repressão são entendidos como “conjuntos que foram criados como

estrutura que foi aperfeiçoada ao longo do tempo (ARAUJO: 2009, p.140; THIESEN; PIMENTA: 2011). Para informações complementares, ver Thiesen (2011).

instrumentos de repressão. Em muitos casos, guardam um poder potencial, uma potência inerente ao valor informacional que mantêm mesmo que não estejam ativos”, conforme assinalado por Axel PLATHE (1998, p.128). Os governos democráticos que sucederam antigos regimes repressivos - explica o autor - devem desenvolver a capacidade de gerir satisfatoriamente seus arquivos, preservando “as provas dos erros cometidos no passado e os testemunhos da injustiça organizada”. (PLATHE: 1998, p.129)

Provas legais e científicas, tais documentos possuem indiscutível valor informacional, seja como instrumentos de apoio para que os responsáveis pelos crimes cometidos sejam responsabilizados, seja como instrumentos indispensáveis à pesquisa histórica. Sua conservação se justifica em respeito à memória dos indivíduos e dos povos, tornando-os testemunhas insubstituíveis (p.130). É com esse espírito que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), por ocasião da 29ª Conferência da Mesa Redonda dos Arquivos reunida no México, em 1993, convidado por diretores de arquivos nacionais de diversos países debruçou-se sobre questões múltiplas relativas à gestão de arquivos da repressão.

Assim é que a UNESCO e o CIA estabeleceram um grupo de especialistas reunido em 1994 em Paris, com o objetivo de preparar diretrizes para a gestão dos arquivos da repressão, lançando um alerta no sentido de que os profissionais do campo arquivístico iriam se deparar com documentos sensíveis. Conforme esclarece Pierre Nora, citado por Georgete Rodrigues, em sua intervenção na 36ª. Mesa Redonda Internacional dos Arquivos (CITRA), em 2002, “a noção de ‘arquivos sensíveis’ nos remete, simultaneamente, à memória e à história”. São dramáticos e conflituosos, implicando uma tensão entre dois tipos de memória – histórica e vivida, o que os torna “carregados de emoções sociais e coletivas, objeto de disputas tão apaixonadas”. (NORA apud RODRIGUES: 2009, p.139)

Confrontados com a tarefa considerável de realizar levantamento dos arquivos dessa natureza existentes em países que viveram regimes repressivos, assim como estabelecer um código de deontologia para o tratamento de tais arquivos, cujas informações estariam disponíveis para uso dos novos governos desses países, tornou-se imprescindível definir “arquivos da repressão”, assim como “instituições de repressão”. Os especialistas partiram do princípio de que o conceito de repressão não deve se restringir a ideias políticas, abrangendo também “o comportamento ideológico e privado, a religião, as ideias filosóficas, o comportamento sexual e outros domínios” (PLATHE: 1998, p.130) previstos na declaração universal dos direitos do homem.

As instituições de repressão, por conseguinte, definidas em sua relação com os arquivos que elas produziram, são as que se incluem nas seguintes categorias: “serviços de informação, organizações paramilitares, tribunais de exceção, campos de concentração, prisões especiais, centros psiquiátricos de reeducação”. Além dessas categorias, os especialistas alertaram para o fato de que “estruturas a serviço da repressão podem se encontrar em setores mais tradicionais da administração, que tenham continuado a existir após o fim do regime totalitário”, vale dizer, “forças armadas, órgãos de polícia e segurança, tribunais civis, e outros setores da administração civil.” (PLATHE: 1998, p.130)

No caso brasileiro, tais instituições seriam as que integram o já mencionado SISNI – Sistema Nacional de Informações e Contra-Inteligências. Tal como ocorreu em diversos países, nos processos de redemocratização, as práticas de vigilância prosseguiram em instituições rebatizadas com outros nomes, sendo a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), criada em 1999, o exemplo brasileiro mais vivo e atual⁷.

Voltar ao estado de direito não se faz sem conflitos, disputas e quebra de tabus. Essa “Justiça de transição”⁸, termo surgido na década de 1990, não se consolidou no Brasil, como sabemos. Os termos-chave dos quais se encarrega a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça em debate público são: “(i) a reforma das instituições para a democracia; (ii) o direito a memória e a verdade; (iii) o direito a reparação e (iv) o direito ao igual tratamento legal e a Justiça.” Com vistas à justiça de transição, fácil é supor que tais arquivos precisam ser colocados à disposição para acesso público, pois são a esperança das vítimas diretas e indiretas dos antigos regimes repressivos e/ou totalitários, seja para o alcance de direitos individuais, como anistia, indenizações, pensões, direitos civis, etc., seja por razões de superação dos danos sofridos sob a ação desses regimes, que podem ser traduzidas por exigências de reconhecimento dos crimes cometidos, de busca de informações sobre desaparecimentos, etc.

⁷ Para além das suas funções de inteligência de Estado, comuns aos países de todos os continentes, a instituição promoveu o monitoramento clandestino de inúmeros cidadãos brasileiros, de movimentos sociais, de ONGs, etc. Da mesma forma que esteve estruturado o SNI, cabeça do SISNI, a ABIN criou o SISBIN (Sistema Brasileiro de Inteligência) do qual era a peça-chave. (FIGUEIREDO: 2005, p.495)

⁸ “A **Justiça Transicional** é um ramo altamente complexo de estudo, que reúne profissionais das mais variadas áreas, passando pelo Direito, Ciência Política, Sociologia e História, entre outras, com vistas a verificar quais processos de justiça foram levados a cabo pelo conjunto dos poderes dos Estados nacionais, pela sociedade civil e por organismos internacionais para que, após o Estado de exceção, a normalidade democrática pudesse se consolidar”. (Abrão et alii, 2009. *Justiça de Transição no Brasil: o papel da comissão de anistia do ministério da justiça*. Brasília, *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.1, jan./jun).

Em suma, garantir o direito à informação, à memória e à verdade. Portanto, deixar o passado passar. Esse é o caminho que começa a ser trilhado pela Comissão da Verdade, recém-instituída no Brasil⁹, após longo período de resistência de setores da sociedade, de ajustes e tentativas de retrocesso político-institucional por parte de militares comprometidos com o período da Ditadura. O debate prossegue vivo em acordes dissonantes, sobretudo sobre o papel dessa Comissão, a sua composição e os limites de sua atuação. Desde o início das discussões sobre a sua criação começaram a surgir documentos, testemunhos e livros de antigos agentes de informação que participaram da *comunidade*, contendo confissões e denúncias sobre o *modus operandi* do regime, quebrando o longo silêncio e antecipando-se aos trabalhos da Comissão da Verdade.

3 A verdade entre tesouros e miragens

A constatação da existência de uma grande quantidade de documentos produzidos durante o regime de exceção – aqui denominados “documentos sensíveis” vem acompanhada de questões pertinentes a sua natureza. Tais *tesouros* que ora se encontram sob a vigência da nova lei de acesso a informação¹⁰, não garantem a verdade sobre os fatos ocorridos durante esse período, como sabemos. Inúmeros casos ocorridos nas lutas de resistência ao regime estão registrados em documentos oficiais, produzidos por agentes do Estado, sendo, portanto, autênticos, embora muitos sejam portadores de mentiras e meias verdades. São as miragens que precisam ser dissipadas em um trabalho de cotejo das fontes com depoimentos de antigos militantes. É preciso cautela e rigor metodológico para que as esperanças depositadas na abertura dos arquivos não se diluam nesse processo.

Aqui a verdade é imprescindível, privilegiando-se o trabalho da memória, para que mais adiante a história possa ser reescrita. Por essa razão não se poderia queimar etapas, no pressuposto de que a Lei da Anistia teria colocado um ponto final nas discussões sobre a responsabilidade do regime sobre os crimes cometidos em seu nome por agentes que o representavam.

⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi oficialmente instalada em 16 de maio de 2012, sob a coordenação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp. É integrada por 7 membros: Gilson Dipp (ministro do STJ), José Carlos Dias (ex-ministro da justiça), Rosa Maria Cardoso da Cunha (advogada), Claudio Fonteles (ex-procurador-geral da República), Paulo Sergio Pinheiro (sociólogo e professor), Maria Rita Kehl (psicanalista) e José Cavalcante Filho (jurista).

¹⁰ A Lei de Acesso a Informação (LAI) que entrou em vigor recentemente, n.12.527, de 18.11.2011, foi regulamentada pelo Decreto n. 7.724, de 16.05.2012 e embora constitua um avanço democrático considerável, ainda não resolveu todos os problemas com os quais se depara a sociedade e sobretudo os arquivos.

Além disso, mesmo que venhamos a considerar - como é preciso - que essa memória já passou por vários processos de ressignificação ao longo das últimas décadas, será necessário considerar a realidade dos acontecimentos, trazendo à tona as formas de ação que as instituições do Estado e seus agentes utilizaram para combater a resistência ao regime. Aqui a verdade deve ser entendida como aquilo que não pode ser mudado, como alguém já definiu com muita propriedade. O tesouro dos arquivos somente terá sentido na medida em que revele essa memória ainda desconhecida de grande parte da sociedade, uma memória quase subterrânea, como assinalado por Michael Pollak, inscrevendo-a na memória coletiva, na história e, sobretudo, no ensino de história.

Tarefa de longo alcance nos aguarda nos embates que estão por vir. O processo parece apontar para a sequência memória, história, ensino de história. Sem essas etapas, certamente concomitantes, nos depararemos com problemas que nos ultrapassarão, vale dizer, lidar com temas sensíveis, quando a sociedade ainda não se curou de seus males (KASPI: 2005). Por outro lado, vale ressaltar o cuidado apontado por Henri Rousso, no sentido de evitarmos “a confusão entre o conhecimento do passado e a relação identitária com o passado”. (ROUSSO: 2005, p.44)

4 Considerações finais

Na continuidade da pesquisa, serão cotejados documentos e depoimentos de ex-prisioneiros políticos, de advogados que os tenham defendido, bem como de arquivistas que tenham trabalhado com a documentação existente sobre esses personagens nos arquivos públicos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Serão analisados processos do *Brasil Nunca Mais*, relativos a esses ex-prisioneiros para subsidiar as entrevistas a serem realizadas e analisadas.

A questão da verdade, para além de todas as discussões epistemológicas que a relativizam, torna-se incontornável, pois apesar do tempo passado entre os acontecimentos e sua história, tais vítimas trazem o peso do passado que não passou em suas trajetórias de vida, sofrendo ainda hoje marcas identitárias traumáticas que reatualizam esse tempo irreconciliável. O conhecimento sobre os acontecimentos desse período não pode prescindir dos arquivos, patrimônio documental sem o qual não será possível alcançar o estado democrático de direito. Entretanto, ao se deparar com os documentos sensíveis, o pesquisador não deve acreditar que está diante do real, apesar da sua autenticidade. Vale a pena refletir sobre o impacto dos imaginários sociais sobre as mentalidades, conforme Baczkó, o qual

depende largamente da sua difusão, dos circuitos e dos meios de que ela dispõe. Para alcançar a dominação simbólica, é de importância capital controlar esses meios que são tanto instrumentos de persuasão, de pressão, de inculcação de valores e de crenças. (...) As modalidades de emissão e de controle eficazes mudam, entre outras razões, em função da evolução da armadura tecnológica e cultural assegurando a circulação das informações e das imagens. (BACZKO: 1984)

Nesse sentido, é preciso considerar a questão sensível aqui abordada, pois que ela se coloca no seio de uma sociedade que ainda não conhece seu passado recente, razão pela qual reproduz sistematicamente os discursos hegemônicos veiculados nos meios de comunicação, extremamente comprometidos com as sombras desse passado. Para quebrar esse círculo vicioso é imperioso conhecer os episódios que marcaram a resistência ao regime, assim como a verdade guardada nos documentos e arquivos que denominamos “sensíveis”.

Contudo, a relevância indiscutível dos documentos produzidos pelo Estado, no referido período, não prescinde dos testemunhos de antigos militantes, seus advogados e de arquivistas que tenham familiaridade com os arquivos dessa natureza, sob as bases da Diplomática. É fundamental a compreensão dos processos e do contexto de produção dos documentos em questão. Outras mediações são necessárias, no contexto desta pesquisa, no sentido de contribuir para elucidar os dispositivos institucionais ou regimes de verdade que marcaram a origem e o ciclo desses documentos e para que, dentro do campo de possibilidades, se dissipem as “miragens”. Étienne François nos lembra que “nada é mais enganador que a aparência da evidência” (1998, p. 158). É relevante saber o que o regime dizia de si mesmo, mas, especialmente, o que não dizia. Em última instância, poderíamos então lançar as ferramentas de análise numa perspectiva que considera os documentos sensíveis prioritariamente como fontes. Nem tesouros, nem miragens.

5 Referências

- ABRÃO, Paulo et alii. Justiça de Transição no Brasil: o papel da comissão de anistia do ministério da justiça. Brasília, *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.1, jan./jun, 2009.
- ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861*. São Paulo: UNICAMP, 2009.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoire et espoirs collectifs*. Paris : Payot, 1984.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BOULOGNE, A. (dir.). *Vocabulaire de la documentation*. Paris : ADBS Éditions, 2005.
- CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.12, n.1, p. 148-207, 2007, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n1/11.pdf> Acesso em 08 out. 2010.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.
- FARGE, Arlete. *Le goût de l'archive*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FOUCAULT, Michel. La vérité et les formes jurídicas. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François (dirs.). *Dits et écrits: 1954-1988*, tome II, p.538-646.
- FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da STASI ou a miragem dos arquivos. In: JULIA, Dominique; BOUTIER, Jean. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.
- FROHMANN, Bernd. Reference, representation, and the materiality of documents. In: COLLOQUE SCIENTIFIQUE INTERNATIONAL DU RÉSEAU MUSSI, II, 2011, Toulouse – FRANCE. *Actes...* Toulouse, Université Paul Sabatier, 2011.
- HOLLOWAY, Thomas H. *A polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- ISHAQ, Vivian; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p. 29-42, jul./dez.2008.

KASPI, André. Enseigner les questions difficiles. In: *Quelles pratiques pour enseigner des questions sensibles dans une société en évolution ? Actes du séminaire européen*. Paris, les 14 et 15 décembre 2005.

OLIVA, Alberto. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

PLATHE, Axel. L'UNESCO et la gestion des archives des services de sécurité des anciens régimes répressifs. In: *Mémoire et histoire : Les états européens face avec droits des citoyens du XXI siècle*, Bucarest, 1998. P. 127-134.

RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, X, 2009, João Pessoa – PB. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 2009.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Arquivos, anistia política e justiça de transição no Brasil: onde os nexos? *Revista anistia política e justiça de transição*, v. 1, p. 136-151, 2009.

ROUSSO, Henry. Enseigner la Shoah. Quelles pratiques pour enseigner des questions sensibles dans une société en évolution ? *Actes du séminaire européen*. Paris, les 14 et 15 décembre 2005.

THIESEN, Icléia. *A informação na pré-história da Ciência da Informação: pré-conceito, natureza, episteme*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009-2012. Projeto de pesquisa apoiado pelo CNPq.

THIESEN, Icleia. *Entre informar, reter e conhecer: um estudo teórico-metodológico sobre documentos “sensíveis” em instituições arquivísticas*. Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2012-2016. Apoio do CNPq.

THIESEN, Icleia. Os arquivos “sensíveis”: tesouro ou miragem? In: *XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições Arquivísticas no século XXI*. Rio de Janeiro, 18-22 de junho de 2012. Programação geral e resumo, p.49-50. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

THIESEN, Icléia. “Inteligência informacional” e Ciência da Informação: um esboço de trajeto. *Liinc em Revista*, v.7, n.1, março, 2011. Rio de Janeiro, p.6-18 – <http://www.ibict.br/liinc>

THIESEN, Icleia; PIMENTA, Ricardo Medeiros. Informação, arquivo e memória: os documentos da ditadura militar no contexto da redemocratização. In: *2^e Colloque Scientifique International du Réseau MUSSI Médiations et hybridations : construction sociale des savoirs et de l'information*. Toulouse : Université de Toulouse 3 – IUT, 2011.

ANEXO I

Levantamento das principais tipologias documentais constantes dos arquivos do SISNI

- Fotografias feitas a partir de espionagem: reuniões, pichações, circulação de pessoas etc.
- Fotografias e cartazes de divulgação de filmes submetidos à Censura Federal
- Letras de música e peças teatrais submetidas à Censura Federal
- Autos de apreensão
- Laudos técnicos periciais
- Processos diversos
- Portarias
- Ofícios
- Circulares
- Fichas e pastas individuais
- Prontuários funcionais
- Prontuários individuais
- Atestado de antecedentes político-sociais
- Pedidos de busca
- Atos institucionais
- Relatórios
- Inquérito Policial Militar – IPM
- Dossiês
- Processos relativos à censura
- Mandado de prisão
- Fichas policiais
- Inquéritos administrativos
- Croquis
- Periódicos
- Atas
- Atos adicionais
- Telegramas
- Informação
- Radiograma
- Prontuários médicos

Fonte: Arquivo Nacional / Projeto Memórias Reveladas (15.4.2011)